

PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

Karine Nunes de Moraes
Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Goiás/ Brasil
karine.ufg@gmail.com

Resumo

Este artigo¹ objetivou a análise da produção acadêmica sobre o processo de expansão da educação superior brasileira, no período de 1995 a 2010. Buscamos compreender como esse nível de ensino foi se consolidando, sua relação com o desenvolvimento nacional, as principais características que se sobressaíram ao longo do período supracitado. Este estudo evidenciou que a expansão da educação superior no Brasil se traduziu em movimentos de maior complexificação, marcados fortemente por processos de maior flexibilização, diversificação, diferenciação e avaliação institucional.

Palavras-chave: Expansão da educação superior; Política de educação superior; educação superior.

Introdução

Este capítulo será dedicado à análise e caracterização da produção acadêmica sobre educação superior, particularmente sobre a expansão da educação superior, registrada no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Buscaremos identificar, caracterizar e analisar a produção sobre essa temática, no período compreendido entre 1990 e 2010, visando a evidenciar o tratamento e tipos de análise do processo de expansão da educação superior.

A discussão sobre educação superior tem sido uma constante na produção acadêmica brasileira em diversas áreas de conhecimento, o que tende a indicar a grande relevância atribuída à esse nível educacional e aos diversos aspectos a ele relacionados. Em alguns casos, a educação superior tem sido tratada como um campo, um sistema ou, ainda, um sistema complexo, com *modus operandi* próprio, auto-regulatório, autonomia relativa face aos demais campos e/ou sistemas (político, econômico, religioso), alto nível de complexidade, e uma imbricada gama de relações sociais, econômicas e culturais. Em outros casos, ela é tratada, de modo mais restrito, como etapa da educação nacional - um nível educacional - a ser regulada, regulamentada, tutelada e controlada, quer pelo Estado quer pelo mercado.

¹ Pesquisa desenvolvida para doutoramento, vinculada à Linha de Pesquisa Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação do professor Dr. Alfredo Macedo Gomes.

1. Mapeamento da produção de teses e dissertações

A análise apresentada a seguir teve como escopo os trabalhos identificados, no período de 1999 a 2010, que tiveram a expansão da educação superior como foco de análise central e, ainda, os que a abordaram no contexto do objeto analisado. A produção de teses e dissertações sobre expansão da/do Educação/Ensino Superior aumentou de modo considerável nesse período. Identificamos no Banco de Teses e Dissertações da Capes 137 trabalhos produzidos nesse período.

No mapeamento realizado, identificamos que a maioria absoluta é de dissertações, somando 103 trabalhos, concentrados em IES públicas (33), que responderam por 86 trabalhos entre teses (22), dissertações (57) e trabalhos finais de mestrados profissionais (07). As 137 teses e dissertações envolvendo a discussão sobre expansão da Educação/Ensino Superior estão vinculados a 56 IES, predominantemente universitárias, 52 delas. Notadamente as universidades federais são responsáveis pelo maior número de trabalhos abordando a temática, 66 ao todo, sendo 14 teses, 47 dissertações e 5 de mestrado profissional.

Identificamos, também, que os trabalhos se vinculam às seguintes áreas/linhas/programas: Educação (83); Administração (12); Desenvolvimento Econômico, Social, Sustentável, Humano, Regional (10); Sociologia (08); Políticas Públicas e Políticas Sociais (05); Turismo (03); Geografia (03); Tecnologia (02); Serviço Social (02); Ciência Econômica (02); História (01); Estudos Étnicos e Africanos (01); Engenharia de Produção (01); Enfermagem (01); Economia (01); Direito (01); e, Comunicação Social (01).

Agrupamos os trabalhos cronologicamente em três períodos, correspondendo ao segundo mandato do governo FHC e o primeiro e segundo mandato do governo Lula. Vale ressaltar que nos anos de 1995 a 1998 não consta registro no Banco de Teses e Dissertações com as palavras-chave elegidas neste estudo.

2. De 1999 a 2002: segundo mandato do governo FHC

Nesse período foram produzidos dezessete trabalhos sobre a temática em tela, dos quais apenas cinco tiveram como objeto de análise a expansão da Educação/Ensino Superior e serão aqui discutidos, sendo quatro dissertações de mestrado e uma dissertação/monografia de mestrado profissional. Esses trabalhos

foram produzidos vinculados a programas de pós-graduação em: Educação (02 trabalhos), Administração (02 trabalhos); Ciências Econômicas/ Economia (01 trabalho). Eles tenderam a identificar e problematizar fatores que influenciaram a política de expansão, seja de uma instituição (Hawerronth, 1999; Ferreira, 2002; Moraes, 2002), de uma região (Siqueira, 2001) ou nacional (Carvalho 2002), buscando estabelecer interfaces com política do governo federal para educação superior.

Em conjunto, os trabalhos destacaram que a reforma da educação superior de 1968, a aprovação da LDB em 1996, as políticas induzidas pelo BM e Unesco, bem como as políticas nacionais de cunho neoliberal a partir dos anos de 1990 interferiram diretamente na formulação e implementação de políticas para expansão desse nível de ensino. A diferenciação e diversificação institucional também foram apontadas como princípios orientadores do processo de alteração do campo da educação superior brasileira, privilegiando e estimulando a expansão privada desse nível de ensino em detrimento do público, alinhando cada vez mais as políticas para a educação superior às demandas do mercado e do setor produtivo.

Alguns estudos parecem avançar na compreensão de que o processo de expansão acontece em meio a relações complexas ligadas direta e indiretamente à própria educação superior. Hawerronth (1999) destaca alguns fatores presentes em discursos utilizados por IES para a criação de novos cursos ou vagas, dentre os quais: a) o atendimento das necessidades sociais da região; b) o interesse sociocultural de manutenção do indivíduo na região; c) elevação da renda média; d) a demanda reprimida; e) a densidade demográfica; f) as tendências ou peculiaridades históricas, econômicas, sociais e culturais da região; g) a necessidade de ocupação dos mercados consumidores de educação superior na área de abrangência das instituições; h) a sobrevivência econômico-financeira da instituição; i) o investimento ou custo operacional do curso pretendido; j) as necessidades do mercado de trabalho; k) o surgimento de novas tecnologias. Carvalho (2002), ao falar sobre os incentivos à expansão do Ensino Superior privado a partir da Reforma Universitária de 1968, analisa que a evolução de matrículas, cursos e estabelecimentos privados não deve ser compreendida apenas pela demanda existente, mas, de forma mais complexa, por meio da constituição, pelo regime militar, de uma série de mecanismos de incentivos diretos e indiretos que, em conjunto, proporcionaram o suporte necessário à privatização. Moraes (2002), ao analisar o processo de expansão de uma IES,

assinalou que a estratégia usada para interiorização de cursos e de vagas se apresentou como alternativa político-institucional de expansão em face do processo de metamorfose que a universidade vinha sofrendo desde a década de 1990.

2. De 2003 a 2006: primeiro mandato do governo Lula

Nesse período foram produzidos 36 trabalhos sobre a temática em tela, dos quais 22 analisaram a expansão da Educação/Ensino Superior, sendo duas teses de doutorado e vinte dissertações de mestrado. Os trabalhos foram produzidos vinculados a programas de pós-graduação em Educação (14 trabalhos), Administração (02 trabalhos), Economia (01 trabalho), Serviço Social (01 trabalho), Sociologia (02 trabalhos), Tecnologia (01 trabalho) e Turismo e Meio Ambiente (01 trabalho).

No período em análise, observamos que a discussão sobre a expansão da/do Educação/Ensino Superior foi estabelecida a partir da diferenciação entre a esfera pública e privada, mesmo quando feita uma caracterização mais geral sobre as políticas públicas educacionais para este nível de ensino, com exceção de quatro trabalhos. O recorte sobre a expansão da/do Educação/Ensino Superior na esfera privada se apresentou em treze trabalhos, enquanto que na esfera pública apenas três. Uma análise comparativa entre a expansão nas esferas pública e privada se apresentou em outros dois trabalhos.

Nos trabalhos em análise, observamos também que a discussão também se estabeleceu a partir de um dado recorte espacial. Nove trabalhos analisaram a expansão da/do Educação/Ensino Superior em cidades ou microrregiões específicas (Araújo, 2003/Salvador; Neta, 2004/Vitória da Conquista; Loch, 2004 e Cunha, 2005/Curitiba e região metropolitana; Oliveira, 2005/Goiânia; Rocha, 2005/Uberlândia; Bellintani, 2006/Salvador e região metropolitana; Martins, 2006/Belo Horizonte; Pozzi, 2006/Corumbá.). Desses, cinco ainda verticalizam em um curso de graduação (Anjos Neta, 2004/Administração; Oliveira, 2005/Pedagogia; Cunha, 2005/Administração; Martins, 2006/Turismo e Hotelaria; Bellintani, 2006/Ensino Jurídico). Quatro trabalhos analisaram o processo de expansão desse nível de ensino em estados brasileiros (Sousa, 2003/Distrito Federal; Borges, 2003/Paraná; Fernandes, 2003 e Pozzi, 2006/ Mato Grosso do Sul; Dias, 2006/Amazonas). Sete trabalhos analisaram o processo de expansão de determinada IES (Castro, 2004/Faculdade Cambury de Goiânia-Go; Novaes, 2004/ UEG - Pólo

Universitário de Palmeiras de Goiás; Jesus, 2005/Faculdade de Medicina de Itajubá; Borges, 2005/ UnB; Pereira, 2005/Faculdade de Filosofia de Campo Grande-RJ; Siquara, 2006/Universidade do Estado da Bahia; Cardoso, 2006/Faminas-MG). Apenas dois se dedicaram a uma análise de nível nacional (Souza, 2004; Lameza, 2006).

Outra característica presente na quase totalidade dos trabalhos produzidos nesse período se refere ao recorte temporal. Com exceção de três trabalhos, a análise sobre a expansão da/do Educação/Ensino Superior considerou as políticas educacionais a partir da década de 1990, mais especificamente, as políticas do governo FHC para esse nível de ensino. Nesse sentido, o foco da análise foi comum ao conjunto dos trabalhos, independentemente de a discussão estar centrada no processo de expansão na esfera pública ou privada ou, ainda, na dimensão institucional, local, regional ou nacional. Também fizeram parte do contexto dos trabalhos analisados reflexões mais gerais ou pontuais sobre LDB, neoliberalismo e globalização, ação e papel de organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, Unesco) na definição e/ou indução de políticas para a educação superior; diferenciação e diversificação institucional; flexibilização; educação e desenvolvimento econômico e/ou social; contraposição entre a expansão pública e privada.

Especificidades também puderam ser percebidas nos trabalhos que analisaram a expansão da educação superior em determinados estados brasileiros, onde cada autor investigou facetas específicas do processo expansionista. Fernandes (2003), ao estudar como esse processo se deu no estado do Mato Grosso do Sul, no período de 1979 a 2001, analisou quatro IES universitárias existentes no estado, sendo duas públicas e duas privadas, priorizando em sua análise quatro características principais, quais sejam: a comparação entre as universidades públicas e as privadas; o processo de interiorização dos cursos de graduação; o crescimento dos cursos noturnos e as áreas de conhecimento com maior concentração de matrículas. No estudo sobre a expansão no estado do Paraná nos anos 90, Borges (2003) procurou identificar os aspectos e influências, bem como as políticas, os agentes definidores e os mecanismos desencadeantes no processo de crescimento e diferenciação das IES, a heterogeneidade dos modelos e a concentração da iniciativa privada na educação superior paranaense. No estudo sobre a constituição e expansão do Ensino Superior privado no Distrito Federal, no período de 1995 a 2001, Sousa (2003) buscou desvelar

a lógica desse processo e suas relações com a dinâmica identificada em nível nacional. Ao mapear as IES privadas e sua disposição geográfica, apontou a existência de diferentes interesses, relações de cumplicidade e concorrência, bem como estratégias de diferenciação e distinção entre as mesmas ao buscarem conquistar, manter e/ou alterar determinadas posições dentro deste segmento. Nesse processo de concorrência entre as IES foram identificados quatro fatores básicos, que podem aparecer de forma concomitante ou não, quais sejam: as posições que ocupam no segmento do qual fazem parte; sua proximidade geográfica; a natureza dos cursos que ofertam, ainda que variem suas habilitações; e o perfil da clientela que disputam. Também, sobre a expansão do Ensino Superior privado, Dias (2006) analisou esse processo no estado do Amazonas no período de 1995 a 2002, dando destaque a outros elementos. A partir de suas análises, a autora indicou que a expansão da educação superior no estado acompanhou, mesmo que tardiamente, a característica nacional, qual seja: o exponencial crescimento de IES privadas, dissociação do tripé ensino-pesquisa-extensão, o ensino voltado à formação para o mercado e a transformação do ensino em um negócio/mercadoria rentável.

As análises sobre o processo de expansão da educação superior circunscrita a uma determinada cidade revelaram aspectos e nuances diferentes, mesmo tendo os autores como escopo o mesmo contexto sócio-político-econômico e considerando as políticas públicas para a educação superior em nível nacional. Araújo (2003) assinalou que no período de 1990 a 2002 o crescimento geral da oferta privada de educação superior na cidade de Salvador/BA foi proporcional à demanda por esse nível de ensino. Contudo, dadas as características desta expansão, as vagas ofertadas e o investimento da iniciativa privada se concentraram em apenas dez cursos, provocando uma desproporção entre a oferta e o número de cursos existentes. O estudo sobre a expansão na região metropolitana da cidade de Curitiba/PR desenvolvido por Loch (2004) verticalizou a análise sobre os desafios da gestão em faculdades privadas e buscou apresentar alternativas para garantir maior rentabilidade e sobrevivência das IES em face da concorrência. Sobre a expansão do Ensino Superior privado na cidade de Uberlândia/MG, a partir dos anos de 1990, Rocha (2005) analisou, no âmbito da reforma da educação superior, as racionalidades institucionais e as motivações discentes, conferindo relevo à diferenciação institucional. O autor afirmou que a expansão local tendeu a manter a diferenciação institucional, sendo esta sustentada na imbricação das exigências da sociedade por

qualificação profissional e na motivação dos alunos por credenciamento e profissionalização. Isso, por sua vez, impulsionou o comércio da “ilusão pela empregabilidade e mobilidade social” pela via da aquisição do capital cultural, impactando a cultura local e criando novos contornos e regras para a relação entre educação e trabalho na cidade.

Os estudos sobre a expansão de IES revelam também a especificidade e o contorno das políticas para a expansão do sistema de educação superior muitas vezes não captados em um estudo de escopo mais amplo, como ficou evidenciado nos trabalhos envolvendo o estudo de caso sobre instituições específicas.

No estudo sobre a Faculdade Cambury de Goiânia/GO, Castro (2004) apontou que sua criação e as atividades desenvolvidas foram guiadas pela política educacional nacional, articuladas, contudo, às exigências do mercado e aos interesses empresariais de seus gestores.

Novaes (2004), ao estudar o processo de expansão de uma universidade estadual multicampi, via implantação de polos no interior do estado para a formação de professores, buscou identificar e analisar os principais reflexos da instalação de um desses polos – o Polo de Palmeiras de Goiás. Dentre os principais reflexos desse processo, a autora destacou: a realização pessoal dos professores que conseguiram formação em nível superior; a melhoria da qualidade de ensino; o aumento no nível de participação dos professores formados no processo de gestão escolar; e, ainda, o impacto no desenvolvimento econômico da cidade.

Jesus (2005), por sua vez, estudou o processo de expansão do ensino médico, focalizando sua análise no processo de negociação para a implantação da Faculdade de Medicina de Itajubá, à luz das políticas de Ensino Superior formuladas pelo regime militar, mais especificamente na conjuntura da reforma universitária de 1968. O autor demonstrou que as concepções pedagógicas originais articularam-se, de um lado, às transformações sociais que alavancaram a expansão do Ensino Superior no período e, de outro, às tradições das escolas médicas brasileiras, em particular as que se organizaram sob a hegemonia do modelo norte-americano.

O trabalho de Pereira (2005) teve por objetivo oferecer subsídios para a escrita da história da Faculdade de Filosofia de Campo Grande, como parte do contexto histórico do bairro de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1970. Ele buscou estabelecer relações entre a expansão do Ensino Superior brasileiro na década de 1970 e o desenvolvimento dessa IES.

Segundo o autor, apesar dos problemas e dificuldades vivenciados na década estudada, ela contribuiu para o desenvolvimento educativo-cultural, sociopolítico e econômico da zona rural do antigo Estado da Guanabara, atual Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, expandindo o mercado de trabalho, incentivando a produção cultural, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento da Educação Básica e superior na região de Campo Grande e adjacências.

Borges (2005) analisou a inserção da Universidade de Brasília (UnB) no contexto da expansão do Ensino Superior nacional e local, relacionada à questão do financiamento público. Sua análise focalizou a percepção que agentes da UnB tinham dos caminhos percorridos pela instituição, no período 1995-2002, examinando como se equacionou a questão da expansão de cursos de graduação e do orçamento na universidade. Segundo o autor, esse processo contou com a confluência de fatores internos – entre os quais a vontade da reitoria, de grupos isolados de professores e de alguns dirigentes - e externos, como a política educacional dirigida às IFES e a pressão da própria sociedade, que reivindicava uma resposta da universidade à crescente demanda por uma vaga no Ensino Superior. Houve, portanto, um esforço institucional no sentido de reverter o quadro de limitação dos recursos orçamentários, materiais e humanos, que passou pela busca de alternativas para sua sobrevivência, seja na captação de recursos próprios, seja na modernização de sua gestão e racionalização de suas atividades.

Siquara (2006) estudou o processo de interiorização da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) no período de 1983 a 1993, destacando especialmente o Campus X, localizado na Região Sul do estado. O autor buscou situar historicamente a implantação do Campus de Teixeira de Freitas, desvelando os principais interesses e finalidades que nortearam a construção do projeto político-pedagógico de graduação plena dessa instituição, o papel e os impactos da interiorização da universidade na Região Sul do estado.

No estudo sobre o credenciamento da Faculdade de Minas Gerais (Faminas), localizada na região da Zona da Mata Mineira, no município de Muriaé, de propriedade do deputado federal Lael Varella, Cardoso (2006) buscou analisar esse processo, relacionando-o à política do governo federal, nos dois mandatos do governo FHC, de expansão e interiorização. Para o autor, foi nítida a constatação da interpenetração entre público e privado, que favoreceu largamente a expansão do

Ensino Superior privado no país, adquirindo contornos particulares na Região da Zona da Mata mineira.

3. De 2007 a 2010: segundo mandato do governo Lula

Nesse período foram produzidos 84 trabalhos sobre a temática em tela, dos quais 23, que analisaram a expansão da/do Educação/Ensino Superior, serão aqui discutidos. São três teses de doutorado, dezenove dissertações de mestrado e uma dissertação de mestrado profissional. Os trabalhos foram produzidos vinculados a programas de pós-graduação em Educação (quatorze trabalhos), Desenvolvimento Econômico/Regional (quatro trabalhos), Sociologia (quatro trabalhos) e Geografia (um trabalho).

No período em análise observamos que a discussão sobre a expansão da/do Educação/Ensino Superior foi estabelecida principalmente a partir da análise das políticas do governo federal para esse nível de ensino, mesmo quando o estudo verticalizou a análise sobre um determinado estado, IES ou curso. Também se destacou a discussão sobre a expansão do ensino superior na esfera privada sem que isso implicasse uma crítica propriamente dita ao processo expansionista. As discussões, no geral, tenderam à análise dos efeitos mais expressivos desse processo face ao desenvolvimento regional e/ou local, ao atendimento da demanda por esse nível de ensino e à qualificação profissional para o mercado de trabalho.

Assim como no período anterior, o contexto analítico desses trabalhos englobou as políticas formuladas, gestadas e implementadas a partir da década de 1990², principalmente nas políticas do governo FHC e Lula para a educação superior, tendo como marco central a aprovação da LDB e as mudanças dela decorrentes, dentre elas a diversificação e diferenciação institucional. Também identificamos no período os primeiros trabalhos comparando ambos os governos, que tenderam a pôr em discussão a existência de ruptura e/ou continuidade na natureza das políticas implementadas. No geral, os trabalhos que buscaram comparar ambos os governos apontaram para certa continuidade nas políticas de matriz neoliberal, de face privatista e de mercantilização da educação superior, constatação também presente nos trabalhos sobre a expansão desse nível de ensino na modalidade a distância, mesmo sob o discurso oficial da democratização do acesso.

² Exceto o trabalho de Barros (2008) cujo recorte temporal corresponde as décadas de 1960 e 1970.

No geral, os trabalhos produzidos nesse período giraram em torno de cinco focos principais sobre a expansão, a saber: expansão da educação superior no Brasil (BARROS, 2008; BOTELHO, 2008; BOOSE, 2009; STIELER, 2009); expansão de uma determinada IES (ALBUQUERQUE, 2007/UFMA; SÁ, 2007/UNIVAG; SOUZA FILHO, 2009/ UFRP-SERRA TALHADA; FACINI, 2009/UNICENTRO; GIANEZINI, 2009/UFMT, UNEMAT); expansão do Ensino Superior em um determinado estado/cidade (FLORÊNCIO, 2007/ALAGOAS; SILVA, 2008/ GOIÁS; DIAS, 2008/RONDÔNIA; CARVALHO, 2008/PIAUÍ; CAVALCANTI, 2008/RECIFE; TURMENA, 2009/PARANÁ; SOARES, 2009/SERGIPE); expansão de um determinado curso (LIMA, 2007/ADMINISTRAÇÃO; ADORNO, 2008/LICENCIATURAS; CRUVINEL, 2008/DIREITO; TOMMASO, 2008/FISIOTERAPIA); expansão do ensino de graduação na modalidade EaD (SANTOS, 2008; GUSTI, 2009; CALDAS, 2009).

Nos trabalhos sobre a expansão da educação superior no Brasil, com exceção de Barros (2008), que apresentou a expansão do Ensino Superior brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 como resultante da pressão da classe média pelo acesso a esse nível de ensino, os demais situaram sua discussão sobre os mandatos dos governos de FHC e Lula. Botelho (2008), ao analisar o impacto da expansão do acesso à educação superior entre os anos de 1996 e 2005, demonstrou que o impacto das variáveis de origem social permaneceu, sendo que as características descritivas que mais influenciaram o ingresso foram raça e sexo, concluindo que a expansão observada nesse período não levou a uma maior equalização das oportunidades.

Boose (2009), ao analisar a relação entre o crescimento acelerado das instituições privadas de Ensino Superior no país e a política educacional do governo federal no período de 2001 à 2005, apontou que esse crescimento foi resultante da política educacional implantada pelo governo FHC e ampliada pelo governo Lula, de incentivo e ampliação do crédito educativo. Segundo o autor, essas políticas viabilizaram o incremento das vagas em IES privadas, ao mesmo tempo em que as IES públicas experimentaram severas restrições nos seus orçamentos e dificuldade na reposição e ampliação dos seus quadros docentes e técnicos administrativos, o que provocou um congelamento na expansão de vagas nos cursos oferecidos por essas instituições.

Também sobre a expansão das IES privadas, Stielier (2009) buscou identificar e analisar as principais ideias, concepções e interesses em jogo no contexto da

educação superior como um mercado em rápida ascensão, examinando as relações do triângulo expansão, mercantilização e qualidade do Ensino Superior brasileiro. Dentre os pontos frágeis identificados na expansão, destacou a formação dos professores, o controle e fiscalização, tanto por parte do governo federal como dos sindicatos.

Nos trabalhos destinados à análise da expansão do ensino superior em determinado estado e/ou cidade, guardadas as especificidades de cada um, o contexto analítico envolveu a discussão sobre as políticas do governo federal, principais efeitos e consequências da aprovação da LDB, da mercantilização, da diversificação institucional sobre o crescimento no número de IES públicas e privadas. Quanto ao processo de expansão do Ensino Superior privado, Florêncio (2007), buscou analisá-lo a partir dos desdobramentos das políticas educacionais do estado neoliberal brasileiro no estado do Alagoas a partir da aprovação da LDB. A autora apontou a existência de um processo de mercantilização do Ensino Superior apoiada no discurso da formação em nível superior como condição necessária à empregabilidade. E, para este segmento do mercado educacional, faz-se importante a continuidade de uma política educacional que garanta a sustentabilidade das IES privadas através do financiamento de alunos pobres articulada ao não investimento na ampliação do espaço público, reduzindo, conseqüentemente, ainda mais as fronteiras entre o público e o privado.

Carvalho (2008), ao analisar o processo de expansão e mercantilização do Ensino Superior privado no Piauí, no período de 1990 a 2005, inferiu que o processo de reconfiguração do campo da educação superior se deu segundo uma racionalidade específica das empresas comerciais e não segundo a sua própria natureza. Nesse processo, o capital passou a encarar a educação de duas formas: como Educação-mercadoria e como mercadoria-Educação. Como resultado de sua análise, ela indicou que essa reconfiguração atendeu a orientações de organismos multilaterais, como parte da ofensiva dos países centrais de economia capitalista, rumo à ampliação de seus mercados e, no caso do estado do Piauí, seguiu duas vertentes, a privatização do público e os incentivos ao setor privado.

Turmena (2009), ao pesquisar a expansão do ensino superior na região sudoeste do estado do Paraná no período de 1967 a 2009, verificou que esse processo se articulou dialeticamente ao modo de produção capitalista, principalmente a partir da década de 1990, e que o Estado, como importante protagonista na (re)definição do espaço público e privado no processo de gestão e financiamento das demandas da

sociedade por educação superior, privilegiou o aumento das vagas em IES privadas em detrimento das públicas. Também, indicou que essa expansão privada aconteceu sob a lógica do “conhecimento para o mercado”, da formação em nível superior para o mercado de trabalho, do discurso ideológico do desenvolvimento e da empregabilidade. Não teve, portanto, como princípio norteador o desenvolvimento da pesquisa e a produção de conhecimento e, portanto, pouco poderia contribuir para a formação de cidadãos críticos e capazes de exercer o controle político do Estado burguês.

Dias (2008), à luz dos conceitos de diversificação e diferenciação institucional, analisou o processo de expansão da educação superior no estado de Rondônia, relacionando-o ao contexto das políticas de desenvolvimento da região amazônica, seguindo a tendência nacional de diversificação e diferenciação institucional apoiado na ação do Estado, de incentivo ao processo expansionista privado.

Soares (2009) analisou as implicações das políticas do governo federal para expansão do Ensino Superior no estado de Sergipe desde o governo Collor, e procurou compreender as articulações, no governo Lula, com a política fiscal e o financiamento da educação por meio da renúncia tributária, no que se refere ao Projeto Universidade para Todos (Prouni). O autor concluiu que a recuperação da capacidade de crescimento desse nível educacional verificada nas últimas décadas foi, em grande parte, estimulada e patrocinada via segmento privado e que a agenda de reformas do Ensino Superior nesse período foi balizada pelas políticas macroeconômicas da reestruturação da produção e pela reforma do Estado brasileiro.

No estudo sobre a expansão da educação superior no estado de Goiás, Silva (2008) analisou duas políticas pontuais do governo estadual implementadas a partir do final da década de 1990, quais sejam, a criação e expansão da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a implementação do Programa Bolsa Universitária, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). Em sua análise, o autor apontou que tais políticas se traduziram na interiorização do Ensino Superior via implantação de unidades ou polos universitários da UEG, no fortalecimento do mercado da educação superior em Goiás, a partir do suporte financeiro que o Estado passou a conceder às IES privadas por meio do Programa Bolsa Universitária, na redefinição das fronteiras entre o público e o privado e na diversificação de IES no estado.

Cavalcanti (2008) analisou o processo de expansão de IES privadas na cidade do Recife/PE correlacionando-o às políticas para educação superior nos governos FHC e primeiro mandato do governo Lula. A autora concluiu dizendo que, no período analisado, houve a formação, consolidação e sofisticação de um mercado de serviços educacionais na cidade, que teve seu início com as políticas implementadas a partir do governo FHC, aprofundando-se no governo Lula.

Nas análises envolvendo o processo de expansão de cursos específicos de graduação, foram registrados quatro trabalhos, que, em conjunto, dedicaram-se ao estudo do curso de Administração, Fisioterapia, Licenciaturas e Direito. Nesses trabalhos, o recorte temporal abrangeu da segunda metade da década de 1990 ao ano de 2006, correspondendo aos dois mandatos do governo FHC e primeiro mandato do governo Lula. A discussão sobre política neoliberal, mercantilização, privatização, massificação e interiorização permeou os trabalhos, bem como os discursos sobre formação para o mercado de trabalho e exercício profissional.

Lima (2007), ao analisar a expansão do curso de Administração, no Brasil e em Goiás, no período de 1995 a 2006, abordou o processo de mercantilização, privatização e interiorização desse curso como um dos efeitos das orientações das políticas neoliberais propaladas pelos organismos multilaterais e das políticas públicas implementadas pelo governo federal e estadual. A autora sinalizou que houve um crescimento significativo deste curso na esfera privada apontando como consequências deste processo: estreita relação entre expansão, privatização, mercantilização e interiorização; a multiplicação de habilitações como estratégia mercadológica para atender ao mercado de trabalho, gerar maior lucratividade, concorrendo para a desfiguração desse curso; e, que a criação destes cursos se apresentou como mais uma oportunidade de investimento no mundo dos negócios/mercado acadêmico, acompanhando a tendência da expansão privada da educação superior no país e, particularmente, no estado de Goiás.

No estudo sobre a expansão das licenciaturas, no período de 1997 a 2006, no estado de Goiás, Adorno (2008) demonstrou que no caso específico do estado analisado a expansão dos cursos para a formação de professores para a Educação Básica, diferentemente de outras regiões do Brasil, ocorreu por meio dos movimentos de interiorização e estadualização da oferta. A criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), uma universidade pública multicampi em 1999, possibilitou a criação

de cursos em todo o interior do Estado e o aumento da oferta de vagas em cursos de licenciatura no estado.

Tomasso (2008) pesquisou a expansão do curso de Fisioterapia e sua relação com o mercado de trabalho. Segundo a autora, em que pese a expansão registrada na educação superior em geral no Brasil, este curso apresentou grande ociosidade no que se refere as vagas disponíveis, o que poderia indicar uma possível contradição entre o aumento da oferta de vagas, a percepção de um mercado de trabalho saturado, a redução de oportunidades de emprego para categoria, articulado ao aumento da diversificação das áreas de atuação para este profissional e do número de entidades representativas da categoria.

Cruvinel (2008) estudou a expansão do curso de Direito no Brasil, no período de 1995 a 2002, e os embates em torno da sua expansão e do controle do exercício profissional. A autora procurou demonstrar que os cursos apresentaram uma expansão acelerada, sendo sua oferta concentrada em IES privadas e não-universitárias e que o período analisado foi marcado por intenso debate acerca do crescimento, da qualidade dos cursos e do controle do exercício profissional exercido pela OAB.

Nos trabalhos sobre a expansão da educação superior a distância pudemos observar três enfoques distintos, contudo com considerações finais muito próximas entre si, fato que pode ter sido corroborado pelo recorte temporal e fundamentação teórica utilizada pelos autores serem semelhante.

Em sua pesquisa, Santos (2008) analisou o processo de implantação, expansão e planejamento da educação superior a distância no Brasil buscando compreender em que medida esse processo estabeleceu interfaces com a expansão e reestruturação do setor produtivo capitalista. Segundo a autora, o processo expansionista foi marcado por contradições, além de ter sido apoiado no discurso de organismos multilaterais de qualificação profissional e desenvolvimento tecnológico como fator chave para o desenvolvimento econômico, onde informação e conhecimento, apesar de travestidos de possibilidades democráticas, representaram interesses voltados para o comércio internacional e privatização da educação.

Nessa mesma linha argumentativa, Caldas (2009), ao analisar a expansão dos cursos de graduação a distância na Universidade Federal do Pará, inferiu que essa modalidade de ensino tem sido implementada pelo governo federal para atender as diretrizes dos organismos multilaterais de financiamento e, também, por se apresentar como um caminho viável financeiramente para aumentar o acesso e a formação de

professores para a Educação Básica. A autora ainda afirmou que esse processo tem implicado em uma expansão meramente quantitativa, de formação aligeirada, barata e de qualidade duvidosa, por meio de parcerias público-privadas com bancos, prefeituras, governos e empresas, sob a lógica da gestão gerencial.

Já Guasti (2009), por sua vez, buscou identificar a existência de diferenças e/ou continuidades nas políticas públicas para a educação a distância nos governos FHC e Lula, no período de 1995 a 2006. Segundo a autora, a ideologia neoliberal se manteve presente nas políticas para educação superior e, apesar da continuidade nas políticas públicas para educação a distância, também foi possível perceber diferenças entre ambos. Enquanto o governo FHC buscou a massificação do Ensino Superior, o governo Lula levou as políticas do ensino privado para o público, como ferramenta de “democratização” deste ensino, e construiu um processo avaliativo no ensino a distância nos moldes daquele implantado pelo governo anterior para o ensino presencial.

3. Algumas considerações

A análise da produção acadêmica sobre a expansão da educação superior, no período de 1990 a 2010, revelou que o tratamento desse objeto tem-se dado a partir de diferentes perspectivas, muitas vezes articuladas, tais como: antropológica (cultura, desenvolvimento), sociológica (atores, papéis, classes, normas, *habitus*, carreira, estrutura), histórica (criação, evolução, desenvolvimento, mudança, transformação, continuidade, conjuntura), econômica (financiamento, custo, benefício, recompensa, investimento, desenvolvimento), psicológica (comportamento, percepção, atitude, aprendizagem, desenvolvimento, adaptação), política (normas, regras, poder, tomada de decisão, gestão, *locus* do poder), pedagógica (ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, método, currículo, formas de instrução, qualidade), dentre outras. Cabe destacar que as temáticas abordadas nas pesquisas sobre educação superior também são diversas, dentre as quais destacam-se: expansão, interiorização, privatização, educação a distância, gestão, mercantilização, reforma universitária, massificação, organização institucional, dentre outros.

O conjunto de teses e dissertações também apresentou algumas particularidades. Uma delas é a diversidade de assuntos pesquisados, tais como: reforma gerencial do Estado, reforma do Estado, educação superior, neoliberalismo e a globalização. Nesse período, registra-se, também, a emergência de novas categorias

analíticas, em grande parte, ligadas às políticas do governo federal para a educação superior, quais sejam: diversificação e diferenciação institucional, flexibilização, diversidade, empreendedorismo, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, gerenciamento, publicização, reestruturação, responsabilidade social e competitividade. Um novo vocabulário se legitima no discurso oficial sobre reforma da educação superior, particularmente as Ifes, tornando-as mais modernas e sintonizadas com as necessidades do mercado de trabalho. O embate no campo político se constitui no fermento para o debate acadêmico ao mesmo tempo em que colocará na ordem do discurso uma nova agenda de pesquisas para as entidades científicas e estudiosos da área.

Abre-se, também, como elemento para estudo sobre a produção acadêmica a análise das metodologias e os procedimentos de pesquisa adotados. Cabe ressaltar que a maioria das teses e dissertações analisadas se limitou ao estudo sobre um determinado curso, IES, região, estado e/ou cidade específica, se caracterizando mais como um estudo de caso.

Bibliografia

- ADORNO, Patrícia da Silva Fernandes. *A expansão das licenciaturas e da educação superior em Goiás: privatização, interiorização e estadualização (1997 - 2006)*. 2008. 1v. 89p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- ALBUQUERQUE, Leyvijane Souza. *Políticas públicas de educação superior no governo Lula e impactos na Universidade Federal do Amazonas: enfoque na expansão dos novos campi*. 2007. 1v. 164p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- ANJOS NETA, Maria Madalena Souza dos. *A expansão do ensino superior em Administração: o caso de Vitória da Conquista/ Bahia (1999/2004)*. 2004. 1v. 130p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, 2004.
- ARAÚJO, Mônica Barreto. *O ensino superior privado em Salvador: oferta e demanda*. 2003. 4v. 176p. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégica). Universidade Salvador, 2003.
- BARROS, Cesar Mangolin de. *Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (décadas de 1960/70)*. 2008. 3v. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, 2008.
- BELLINTANI, Guilherme Cortizo. *A fase de consolidação do ensino superior: o que será que será?*. 2010. 223p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano). Universidade Salvador, 2010.
- BOOSE, Aldo Roberto. *Análise das políticas públicas federais de educação e suas repercussões sobre as instituições de ensino superior privadas no Brasil*. 2009. 1v. 60p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.
- BORGES, José Leopoldino das Graças; CARNIELLI, Beatrice Laura. *Educação e estratificação social no acesso à universidade pública*. *Cad. Pesqui.*, Abr 2005, vol.35, no.124, p.113-139. ISSN 0100-1574
- BORGES, Suzana Maria. *Educação superior no Paraná: o cenário da expansão nos anos 90*. 2003. 1v. 138p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2003.
- BOTELHO, Jana Paula Sampaio. *Expansão educacional e a disparidade de acesso à educação superior no Brasil: análise longitudinal de 1996 a 2005*. 2008. 1v. 83p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- CALDAS, Daniele do Socorro Reis. *A expansão do ensino de graduação na modalidade a distância na Universidade Federal do Pará*. 2009. 1v. 116p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, 2009.

CARDOSO, Marília de Fatima Marques Lopes. *A mediação do Estado na fronteira público-privado no processo de interiorização do ensino superior privado na Zona da Mata mineira: o caso Faminas*, em Muriaé-MG. 2006. 1v. 256p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma universitária e os mecanismos de incentivo à expansão do ensino superior privado no Brasil (1964-1984)*. 2002. 1v. 188p. Dissertação (Mestrado em Ciência Econômica). Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CARVALHO, Francisca Ileuda Coelho de. *Estudo das mudanças estratégicas nos cursos de Administração das organizações universitárias do estado do Ceará*. 2002. 1v. 158p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza, 2002.

CARVALHO, Geraldo do Nascimento. *Educação-mercadoria: expansão do ensino superior privado no Piauí (1990 A 2005)*. 2008. 1v. 152p. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Universidade Federal do Piauí, 2008.

CASTRO, Regina Maria Jordão C. de. *Expansão da educação superior privada no Brasil a partir da década de 1990: o caso da Faculdade Cambury de Goiânia - Goiás*. 2004. 1v. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2004.

CAVALCANTI, Maria Letícia Leocádio Silva. *Expansão e consolidação do mercado de ensino superior na cidade do Recife*. 2008. 1v. 107p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

CRUVINEL, Érika Bernardes Palazzo Ribeiro. *Cursos de Direito no Brasil: embates em torno da expansão e do controle do exercício profissional (1995-2002)*. 2008. 1v. 88p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2008.

CUNHA, Marciano de Almeida. *Abertura indiscriminada de cursos superiores de Administração: um aspecto da história da educação recente*. 2005. 2v. 129p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.

DIAS, Alessandra Carvalho de Souza Melo. *A expansão do ensino superior em Rondônia*. 2008. 1v. 177p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Federal de Rondônia, 2008.

DIAS, Angélica Karla Marques. *A expansão do ensino superior privado no Amazonas, no período de Fernando Henrique Cardoso*. 2006. 1v. 119p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2006.

DIAS, Carmen Lúcia; Horiguela, Maria de Lourdes Morales; Marchelli, Paulo Sergio. *Políticas para avaliação da qualidade do Ensino Superior no Brasil: um balanço crítico*. *Educ. Pesqui.*, Dez 2006, vol.32, no.3, p.435-464. ISSN 1517-9702

FACINI, Marcio Alexandre. *A experiência dos campi avançados da Unicentro: uma avaliação socioeconômica*. 2009. 1v. 130p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal Do Paraná, 2009.

FERNANDES, Eloisa Bittencourt. *Expansão universitária em Mato Grosso do Sul - 1979-2001*. 2003. 1v. 141p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

FERREIRA, Suely. *Políticas de expansão e estruturação da educação superior em Goiânia nos anos 90: o caso da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas*. 2002. 4v. 162p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2002.

FLORENCIO, Tatiana Magalhães. *A expansão do ensino superior privado em Alagoas: um panorama pós-LDB*. 2007. 1v. 184p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, 2007.

GIANEZINI, Quelen. *O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso*. 2009. 1v. 250p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2009.

GUASTI, Susana Pitol. *As políticas públicas da educação superior: a educação a distância nos governos FHC e Lula (1995-2006)*. 2009. 1v. 115p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, 2009.

HAWERROTH, Jolmar Luis. *A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense*. 1999. 1v. 149p. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

JESUS, Aideivaldo Fernandes de. *Ensino médico em perspectiva: a implantação da Faculdade de Medicina de Itajubá na conjectura da reforma universitária de 1968*. 2005. 3v. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco, 2005.

LAMEZA, Jacqueline de Oliveira. 2006. 1v. 88p. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

LIMA, Silvia Aparecida Pereira. *Trajatória do ensino superior privado: o caso da Fundação Eurípides*. 2007. 1v. 110p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, 2007.

LIMA, Tereza Cristina Medeiros Pinheiro de. *O ensino superior de Administração no Brasil e em Goiás: expansão, privatização e mercantilização no período de 1995-2006*. 2007. 1v. 445p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2007.

LOCH, João Matias. *Desafios para a gestão de faculdades privadas frente à expansão do ensino superior: um estudo em Curitiba e região metropolitana*. 2004. 2v. 225p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2004.

MARTINS, Rosilene Conceição Rocha. *A expansão dos cursos de graduação em Turismo e Hotelaria no Brasil e a formação dos egressos: uma análise da cidade de Belo Horizonte*. 2006. 1v. 140p. Dissertação (Mestrado em Turismo E Meio Ambiente). Centro Universitário Una, 2006.

MORAES, Karine Nunes de. *Políticas de expansão da Universidade Federal de Goiás: a interiorização de cursos nos municípios de Goiás e de Rialma*. 2002. 1v. 137p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

NOVAES, Valcemia G. de Sousa. *Pólo universitário de Palmeiras de Goiás: concretização das políticas educacionais da UEG*. 2004. 1v. 306p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2004.

OLIVEIRA, Danúsia Arantes Ferreira B. De. *A expansão dos cursos de Pedagogia em Goiânia: um estudo comparativo*. 2005. 1v. 191p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2005.

PEREIRA, Aliane Vera Ferreira. *A Faculdade de Filosofia de Campo Grande e a educação na zona oeste do Rio de Janeiro – 1970 A 1980*. 2005. 1v. 92p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis, 2005.

POZZI, Alfio. *O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul Corumbá: 1961-2002*. 2006. 1v. 108p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

ROCHA, Elane Luis. *A expansão da educação superior privada em Uberlândia, a partir dos anos 90: racionalidades institucionais e motivações discentes*. 2005. 1v. 158p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SÁ, Myrian Tereza Maciel de Arruda e. *Expansão dos centros universitários no Brasil após a aprovação da LDB de 1996 – um estudo de caso do Univag - Centro Universitário De Várzea Grande*. 2007. 1v. 131p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, 2007

SANTOS, Ana Lúcia Padrão dos; SIMÕES, Antonio Carlos. *Desafios do ensino superior em educação física: considerações sobre a política de avaliação de cursos*. *Ensaio: aval.pol públ. Educ.*, Jun 2008, vol.16, no.59, p.259-274. ISSN 0104-4036

SILVA, Agnaldo José da. *A expansão da educação superior em Goiás na interseção com as políticas públicas do governo federal*. 2008. 1v. 300p. Tese (Doutorado em Sociologia). UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2008.

SIQUARA, Maria Mavianer Assis. *A universidade do estado da Bahia e a interiorização do ensino superior público: 1983 a 1993*. 2006. 1v. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Petrópolis, 2006.

SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel. *Administração – há vagas: expansão do ensino superior privado na região metropolitana de Salvador (1994-2000)*. 2001. 1v. 180p. Mestrado Profissionalizante em Administração. Universidade Federal da Bahia, 2001.

SOARES, Wagner Barreto. *Uma análise do processo de expansão do ensino superior no Brasil: implicação em Sergipe*. 2009. 1v. 114p. (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Regional E Gestão De Empreendimentos Locais). Fundação Universidade Federal de Sergipe, 2009.

SOUSA, José Vieira de. *O ensino superior privado no Distrito Federal: uma análise de sua recente expansão (1995/2001)*. 2003. 1v. 300p. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, 2003.

SOUZA FILHO, Ilton da Costa. *A inserção de uma instituição federal de ensino superior em uma cidade do sertão pernambucano – Serra Talhada*. 2009. 1v. 92p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

SOUZA, Juliana Brito de. *Cursos sequenciais: a marca social da escola superior no Brasil*. 2004. 1v. 180p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

STIELER, Pedro Luiz. *A expansão do ensino superior privado no Brasil*. 2009. 1v. 173p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2009.

TOMMASO, Maria Cristina de Carvalho. Expansão do ensino superior e mercado de trabalho: o caso da Fisioterapia. 2008. 1v. 127p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

TURMENA, Leandro. *O público, o privado e o Estado sob a lógica do capital*: a expansão do ensino superior no sudoeste do Paraná. 2009. 1v. 150p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.